



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 8/2019

SESSÃO ORDINÁRIA DE

26/09/2019

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.mo Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.ª Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

---- PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 52.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º53º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro):-----

---- PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- PONTO DOIS: Fixação da taxa do IMI, IRS, derrama e direito municipal de passagem a liquidar em 2020, nos termos do nº 1, nº5 e nº14 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI aprovado pelo Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro, conjugado com o art.º14º e ss e nº1 do artigo 26.º da lei nº 73/2013 de 3 de setembro na atual redação e em harmonia com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na atual redação. -----

---- PONTO TRÊS: Fixação da Taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo – 2020 (IMI famílias), nos termos do artigo 112ºA do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei nº287/2003 de 12 de Novembro, aditado pelo artigo 162º da Lei nº1-A/2016 de 30 de Março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016 em harmonia com o disposto na alínea d) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.-----

---- PONTO QUATRO: Aprovação da Isenção de IMI à Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP) ao abrigo do disposto na



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alínea c) do nº1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação.-----

---- PONTO CINCO: Descentralização administrativa – Lei-quadro de transferências de competências para a administração local e diplomas setoriais – ano 2020.-----

---- PONTO SEIS: Descentralização administrativa – lei-quadro de transferência de competências para a administração local – delegação de competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, CIM-RC- nas áreas de turismo, justiça, fundos europeus e captação de investimento, associação de bombeiros, educação, saúde, transporte em vias navegáveis interiores – ano 2020.-----

---- PONTO SETE: Transferência dos Municípios para os Órgãos das freguesias – DL. nº 57/2019, de 30 de abril.-----

---- PONTO OITO: Aprovação final do final do Regulamento de Atribuição de Lotes de terreno para Construção de Habitação Própria na Urbanização da Videira Norte.-----

---- PONTO NOVE: Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da “ Eurovelo 1- Rota da Costa Atlântica na CIM Região de Coimbra “- Aprovação de Minuta- retirado da agenda para posterior deliberação. -----

---- PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

---- Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Sr. Nelson Teixeira Maltez, a Srª Vereadora, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé. -----

---- PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

---- Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Sr. Pedro Nunes, Sra. Sara Patrícia Ferreira Braguêz, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Sra. Edite Custódio, Sr. Mário de



nc

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jesus Manata, Sr. Américo Manuel Páscoa, Sr. Vasco Daniel Negrão Mingatos, Dr.ª Telma Salvador, Sr. João André Gomes, Sr. Pedro Jorge Laranjeiro, Sra. Márcia Raquel Mesquita, Sra. Vera Lúcia Manco, Sra. Marta Sofia Cunha e Silva, Prof.ª Maria Clara Simões Clemente, Sr. Carlos Jorge Santos Nora, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, do Seixo, Filipe Miguel Rocha Camarinha em substituição do Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz, dos Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda de Pinho.

-----**FALTAS**-----

----- Verificou-se a falta do Dr. Francisco Daniel Reigota, Sr. Adolfo José Maçarico e da Srª Zélia Morais.-----

---- **HORA DE ABERTURA** -----

---- Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e vinte minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

---- **APROVAÇÃO DE ATAS:**-----

----**ATA DE 27 DE SETEMBRO DE 2018**-----

-----Ata n.º 6 de vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito: Submetida a apreciação dos membros da Assembleia.-----

----- Interveio o **Sr. André Gomes (PS)**, dando nota aos serviços, que há dois dias tinha dado conta que a sua intervenção não estava correta.-----

----- Interveio o **Sr. Prof Paulo Grego (PS)**, afirmou que a mecânica usada no processo das atas, não foi o que teria sido acordado na conferência de líderes. Pensava que só a partir daquela reunião entrava em vigor. -----

-----**PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA**-----

---- **INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:** -----

---- Interveio o **Sr. Gabriel Pinho Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos** que cumprimentou todos os presentes e congratulou a Câmara Municipal de Mira de ter colocado os sinais de trânsito na sua freguesia.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Questionou se a ponte do Casal S. Tomé, queimada no incêndio, já teria sido colocada novamente.-----

----- Falou que já tinha alertado para os contentores do lixo que estariam em muito mau estado. Referiu o fato daqueles não serem lavados periodicamente. Chamou a atenção para os vidrões que estavam perto do centro de saúde, que estavam muito mal “acautelados”, estavam cheios e a deitar maus cheiros. -----

---- Interveio o **Sr. Professor Artur Fresco Presidente da Junta de Freguesia de Mira**, tomando a palavra para dar conta de uma situação verificada todos os dias de feira em Portomar, alertando para a grande quantidade e variedade de lixos deixados pelos feirantes, que revelavam uma grande falta de civismo. Salientou o facto de esses lixos voarem e serem arrastados por várias ruas chegando mesmo à estrada nacional cento e nove. Sugeriu que os feirantes fossem obrigados a depositar esses materiais sobranes em sacos, que posteriormente seriam recolhidos pelos funcionários municipais. Os fiscais teriam de verificar se aquelas medidas eram cumpridas e estavam em conformidade. Equacionou, ainda, se os contentores existentes no local eram suficientes. -----

----- Finda a ronda de intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder as questões colocadas-----

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA):**-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por cumprimentar todos os presentes.-----

-----Disse que a ponte do casal tinha sido colocada no sítio, mas como faltava alguns acabamentos a empresa teve que a voltar a retirar. A empresa atrasou os seus trabalhos devido ao período de férias, mas a ponte estava pronta, colocada no sítio e a funcionar.-----

-----Em relação aos contentores partidos, esclareceu que a Câmara fez um



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reforço dos mesmos, referindo que tinha sido o primeiro Verão que esta empresa tinha trabalhado e que em algumas zonas do concelho trabalhou melhor, dando como exemplo a Praia de Mira onde o trabalho da empresa em termos de lavagens de contentores, do número de recolhas correu bem, mas reconheceu que em algumas zonas do concelho, no mês de agosto a recolha não foi programada tal como devia ter sido. No sentido de articular melhor aqueles trabalhos foi agendada uma reunião com a empresa, inclusivamente para aumentar o número de contentores colocados, visto que principalmente no mês de agosto, havia um aumento da população quer devido ao regresso dos emigrantes quer na altura das festas. Admitiu que o serviço de recolha de lixo na Praia de Mira melhorou muito do ano anterior para o presente ano. -----

---- Em relação à feira de Portomar referiu que se tinha aumentado o número de contentores nos dias de feira, os serviços municipais andavam na feira, mas as pessoas eram descuidadas e havendo um dia de vento, o lixo voava todo. Referiu que se poderia fazer um alerta, e proceder à entrega de sacos de lixo aos feirantes, mas seria importante as pessoas serem mais cuidadosas e todos deveriam dar o exemplo.-----

---- 1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

---- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)**, que começou por cumprimentar todos os presentes.-----

---- Deixou algumas questões e alguns pontos de reflexão, abordando alguns temas, tais como o de saneamento básico, onde questionou em que ponto se encontrava aquele processo.-----

---- Referiu ainda, a questão da manutenção das rotundas, que na sua opinião eram a imagem de entrada no Concelho e em alguns casos mais específicos, como no caso da rotunda do Matadouro, tratar-se-ia de uma questão de segurança rodoviária, colocando a questão, quanto à realização ou não da mesma.-----

---- Salientou a necessidade da manutenção das pistas pedonais e parques de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lazer, referindo que eramos uma zona de turismo e convinha ter minimamente aquela manutenção feita. Era um grande problema do nosso concelho que se deveria acautelar aquando da projeção das obras, que era salvaguardar a questão das manutenções das mesmas. -----

----Em relação aos recursos hídricos salientou a questão das pragas de jacintos que continuavam a ser um problema. Referiu que o MAR já tinha apresentado algumas sugestões. -----

----Salientou a importância da referenciação dos parque de estacionamento principalmente na época balnear.-----

----Questionou sobre o término das obras da vala da corga. -----

----Mencionou novamente, pois já o tinha feito numa outra assembleia, o problema da desertificação do concelho, que era nítida principalmente na zona sul, sugerindo a criação de incentivos tanto para os jovens como para as empresas. -----

---- Interrogou em que ponto estaria o processo de uma intervenção na Escola Secundária.-----

---- Chamou a atenção para a reposição das placas de sinalização destruídas ou retiradas após o incêndio e que ainda não teriam sido repostas.-----

---- Interveio o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** anunciando que a sua abordagem teria dois tópicos diferentes, o primeiro era quase como que um cumprimento de uma promessa de uma reunião extraordinária de maio, em que levantou a questão sobre as dúvidas das amortizações de um empréstimo a medio/longo prazo e da regularidade com que a Câmara as fazias. Releu a transcrição da ata referente aquela reunião, já aprovada, que comprovava o que estava a questionar. Visto não ter estado presente na última assembleia, voltaria agora aquele tema porque, a dúvida mantinha-se e continuava sem entender muito bem, porque, à resposta à sua pergunta o Sr. Presidente respondeu, e passou a ler "interveio o sr. Presidente, expliquei que os valores seriam fixos, mais disse que os valores que se estariam a pagar ao banco seriam os seguintes, em março



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quarenta e nove mil euros, em maio cem mil e seiscentos de um e trinta e nove mil de outro, em setembro quarenta e nove mil, em novembro dez mil e seiscentos e em dezembro trinta e nove mil". Somando isto tudo, num ano eram duzentos mil euros. Referiu que, as contas apresentadas não batiam certo e que as suas dúvidas se mantinham. Chamou à atenção para os dados do relatório de atividades produzido para a sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove, onde dizia que, a dívida em janeiro era de dois mil e dezassete era de quinhentos e setenta e um mil novecentos e vinte e quatro, olhando para o mesmo relatório mas de vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito em que dizia que a dívida em agosto de dois mil e dezassete era de seiscentos e setenta e um mil trezentos e dezassete, portanto em sete meses a dívida tinha aumentado cem mil euros. Olhando ainda para um outro, o relatório de abril de dois mil e dezanove em março de dois mil e dezoito a dívida era de quinhentos e vinte e dois mil, portanto se comparássemos o primeiro que tinha referido de janeiro de dois mil e dezassete a março de dois mil e dezoito, um ano e um trimestre, verificaríamos que havia uma redução de cinquenta mil euros. Referiu ainda que atendendo à resposta do Sr. Presidente em que num ano teria baixado duzentos mil euros, verificaríamos que os números não batiam certo, e que saberia qual era a justificação para aquele erro, tratando-se de uma gralha muito grave. Chamou à atenção para o facto de os valores escritos nas tabelas do relatório da sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove, em que no quadro dizia que era de janeiro de dois mil e dezassete e janeiro de dois mil e dezoito e ali as contas já bateriam certo, portanto, havia um que estava errado. Referiu que não saberiam os deputados perante os dados apresentados, em quem confiar, se na sua intuição de que o trabalho da Câmara não estaria a ser bem feito e a dívida não estaria a diminuir, ou nos papéis que lhes eram dados assinados e validados pelos serviços, em que de facto as contas não batiam certo. Salientou o facto de o relatório ser extenso e os serviços estarem assoberbados com trabalho, mas eram demasiados erros enunciados



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao longo das reuniões e que entre todos os intervenientes que compilava os documentos, com os secretários, os chefes de gabinete e em última instância o Sr. Presidente que assinava os relatórios, alguém teria que dar com aqueles erros. Referindo ainda que mais grave do que não se dar com os erros, era depois dos mesmos terem sido enunciados eles não serem corrigidos. Frisou que se deveriam evitar os erros, não se conseguindo fazê-lo deveriam aceitar as correções de quem os detetou.-----

----- O segundo ponto que gostaria de abordar tinha a ver com os subsídios às associações. Assumi ter dito que no anterior mandato do PSD teriam sido quem mais apoios teriam dado as associações, tendo chamado atenção na última assembleia desse mandato para o facto de terem falhado no ano de dois mil e dezassete, o que teria sido estrategicamente um erro pois sendo ano de eleições, deveriam- no ter feito. Ressalvou o facto de se estar a dar subsídios intermitentes, ano sim ano não, o que não era correto para com as associações que iam trabalhando com alguma dificuldade, pressupondo que aqueles subsídios seriam regulares, como tinha sido prometido numa reunião com a Câmara a todas as associações presentes, onde teria sido discutido o regulamento e os “timings” em que seriam feitas as candidaturas e aprovados os pagamentos faseados. Já ultrapassados todos os prazos para dois mil e dezanove as associações ainda não tinham recebido as verbas. Justificou com aquela atitude, o facto de o site da câmara na parte dos subsídios não estar atualizado desde dois mil e dezasseis. Apelou ao Sr. Presidente e ao restante executivo para que corrigissem aquele erro para dois mil e dezanove, que ainda estariam a tempo de o fazer, garantindo que às associações que conhecia, este dinheiro estaria a fazer muita falta. -----

---- Interveio o **Sr. Pedro Nunes (PSD)** que começou por cumprimentar todos os presentes.-----

-----Seguindo as palavras do Sr. Dr. Paulo Grego em relação as associações, salientou que de facto as associações viviam sempre um pouco no “fio da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

navalha” e que compreenderia a situação, calculando como seria difícil gerir uma associação com dificuldade financeira. -----

----- Passou então a uma questão que não saberia bem como apelidar, se de crítica ou sugestão. Relatou que no fim-de-semana em que se realizou o espetáculo no largo da barrinha chamado de “Enredo”, um fim-de-semana de maior movimento na Praia de Mira, onde também esteve presente e em que ficou a assistir na ponte pedonal que desembocava junto aos carroceis onde pode verificar que, a mesma ponte estava impedida de circulação durante todo o espetáculo, quando na realidade foi usada durante cinco minutos para fazer o transporte de uma atriz numa padiola, para o cenário que estava a decorrer no palco. Muitos pais com os carrinhos de bebé viram-se obrigados a circular pela saída junto à residencial Nossa Senhora da Conceição, quando se tivessem bem coordenados poderiam ter a ponte circulável a maior parte do espetáculo. Referiu ainda, o facto de terem colocado as bancadas no recinto, que impediram que mais público assistisse, frisando que muitos eventos se tinham feito naquele local e raramente tinham sido colocadas tais bancadas. Deixou uma sugestão para eventos futuros, chamando a atenção para o fato de que os atores poderiam fazer exigências, mas haveria uma coisa que teria que se ter presente naquele caso, era o fim-de-semana de maior movimento na Praia e de facto a confusão tinha sido muita, as críticas também existiram e muitas. Mencionou que tinha ficado numa situação má, quando se esperava uma situação boa. -----

----- Identificou ainda, um problema no caminho municipal (cinco nove um), a estrada da Barra de Mira, em que os camiões que passavam ali que para além de velocidade, peso, eram também os contentores que se deslocavam do porto de Aveiro para a Figueira da Foz que passavam com muita frequência. A estrada já tinha ficado em mau estado com a circulação dos carros pesados da Pólis, que tinham de facto que lá passar por não terem alternativa, mas permitir a frequente circulação dos camiões que transportariam os contentores não estava a agradar a população, que estaria a ficar farta de tanto veículo pesado a circular



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por ali. Os veículos não eram do nosso concelho, não iam para cargas e descargas e nem tão pouco eram residentes próximos nem deixavam de ser. Aceitavam a circulação com alguma frequência dos veículos pesados das batatas Mirense, o Mário Ribeiro e filhos porque tem sede e poderão eventualmente fazer cargas e descargas. Referiu a existência em tempos de sinalização colocada junto ao Manequim e na entrada do concelho, proibindo a passagem de veículos pesados que não fossem para cargas e ou residentes no concelho. Considerou esta situação como abusiva, e salientou o fato de ninguém tomar medidas para a evitar. -----

---- Deu como exemplo, a proibição de veículos pesados em algumas zonas do concelho vizinho, Ílhavo, onde a circulação era desviada para Vagos para impedir que passassem na Gafanha da Boa Vista e seguintes. -----

---- Sugeriu a colocação de sinalização e maior atividade policial para impedir a continuação daquela situação. -----

---- Finda a primeira ronda de intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu de imediato às questões/reflexões deixadas pelo deputado Américo Páscoa, onde referiu que em relação ao saneamento básico estava aprovada uma parte grande da sua cobertura no âmbito da empresa intermunicipal. Esperava-se, portanto, que quando a mesma fosse aprovada e vista pelo Tribunal de Contas se pudesse iniciar a obra de saneamento, aumentando assim a já existente e permitindo daquela forma que mais população tivesse acesso a esse bem. O que estaria aprovado eram as ligações das zonas industriais do Polo I e Polo II que naquele momento não tinham saneamento básico, sendo aquelas que se pretendia. -----

---- Em relação à manutenção das rotundas, foi a reunião de Câmara passada o protocolo com as Estradas de Portugal para que passassem as duas rotundas da Quinta da Lagoa e da Herdade do Lago Real para a esfera da Câmara, para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poder ter autorização, de nelas intervir. Relativamente à rotunda dos Leitões, a entrada da A17 referiu que já tinham um pedido verbal com a Brisal, para se fazer essa intervenção só se aguardavam o envio dos documentos relativos à autorização. Referiu que quanto à rotunda do Matadouro, era a de maior preocupação pois da parte da Câmara já teriam sido feitos todos os trabalhos necessários para a sua realização. Tinham o compromisso de fazer o projeto de execução, que já tinha sido feito e enviado para as Estradas de Portugal. Nessa mesma semana em reunião com o Sr. Presidente das Estradas de Portugal, foi comunicado que o processo teria que ser revisto pois era um processo bastante alto. O Sr. Presidente da Câmara referiu que o tinha esclarecido, pois o mesmo tinha sido feito de acordo com as regras que eram pedidas pelas Estradas de Portugal, Infraestruturas de Portugal, portanto ficariam a aguardar, que fosse enviado protocolo. Mencionou ainda que as Estradas de Portugal não poderiam enviar o protocolo sem o bloco financeiro. Haveria uma parte que eles não pagavam, a parte da indemnização pública, parte essa da competência do município, tendo já o município assumido essa parte da indemnização pública.

----- Referiu que estava em negociações com as Estradas de Portugal e esperariam ter rapidamente, a luz verde e a parte de financiamento deles para poderem assumir e executar a obra, uma vez que era da competência do município executá-la. -----

----- Quanto à manutenção e limpeza das pistas, esclareceu que estavam delegadas essas competências nas juntas de freguesia. -----

----- Anunciou a adjudicação de uma empreitada de cem mil euros, para iniciar brevemente a manutenção das pistas, ou seja, alcatroamento das pistas que inclusivamente já teria tido início na zona do Casal e na zona da Lagoa alargando-se ao resto das pistas onde seriam todas intervencionadas. -----

----- Quanto aos parques de estacionamento, disse estarem atentos, tendo havido melhorias também naquele ano na época balnear. Referiu terem feito essa intervenção na época balnear com o apoio dos Bombeiros, GNR. e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Proteção Civil e as Juntas de Freguesia. Esperava também conseguir fazer alguma intervenção de melhoria no estacionamento do Lago do Mar. -----

----- Quanto aos incentivos às pessoas e às empresas, anunciou algumas medidas apresentadas naquele mesmo dia, nomeadamente, a questão do IMI famílias, do imposto completamente isento para as empresas, no sentido de que as mesmas pudessem estar sediadas. -----

----- Em relação à Escola Secundária, mencionou ter havido uma reunião com o Secretário de Estado da Educação e o Município. Ficou a aguardar a identificação da necessidade dessa intervenção, à semelhança do que aconteceria com o centro de saúde. -----

----- Em relação às contas, o Sr. Presidente da Câmara disponibilizou-se para as rever, esclarecendo que são contas certificadas num sistema de contabilidade certificado, num sistema auditado por um Revisor Oficial de Contas, e como tal eram dados fidedignos. Admitiu a existência de lapsos no lançamento dos quadros, poderiam os dados dos mesmo estarem mal lançados mas as contas estavam corretas, até porque estávamos a falar de dívida à banca e à data programada tinha que se pagar, sendo o valor a pagar fixo, não havendo oscilações. -----

----- No que respeitava às associações referiu que iriam ser feitos os contratos programa com as associações, durante o mês de outubro e novembro onde todas seriam chamadas para assinar os mesmos contratos em janeiro. Esclareceu que os contratos iam contemplar os apoios de dois mil e dezassete, de dois mil e dezanove e de dois mil e vinte num só contrato de programa, onde estavam estabelecidas as regras, como por exemplo em relação ao tipo de instalações, se próprias ou não, tentando definir critérios mais justos. Anunciou que até ao final do ano todos os clubes e todas as associações seriam chamadas à Câmara, não só para definir contratos programa mas também para definir a questão dos transportes e a questão dos apoios pontuais. -----

----- Já tendo tido oportunidade de ter conversado com o Sr. Pedro Nunes em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relação á questão da Barra, decidiu levar à Reunião de Câmara a proibição de pesados com exceção de moradores e cargas e descargas. -----

---- Esclareceu que as medidas tomadas no evento, foram por questões de segurança e que as mesmas foram sugeridas pelos organizadores do referido evento e que a Câmara/Técnicos apenas as fizeram cumprir.-----

---- Interveio o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** que frisou que não duvidava das contas do município, apenas queria chamar a atenção para a falta de rigor nos documento que lhes eram apresentados. Admitiu que considerava os valores mais que certos, até porque mal seria se a Câmara não cumprisse os compromissos à banca. A falta de rigor naqueles documentos é que lhe metiam alguma aflição. -----

---- Em relação aos contratos programa sugeriu que se desse uma vista de olhos à notícia que tinha sido publicada na semana anterior, referente Câmara Municipal de Pombal e à de Anadia, embora aquela última num modelo um bocadinho diferente, mas que eram bons exemplos a seguir e a copiar porque estariam muito bem feitos.-----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara onde assumiu que tinha visto a notícia onde a Câmara Municipal de Pombal também estaria a fazer aquele tipo de contratos.-----

----- **2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o **Sr. André Gomes (PS)** que começou por cumprimentar todos os presentes.-----

-----Parabenizou o Senhor Presidente da Câmara enquanto responsável máximo da Proteção Civil Municipal, pela prontidão, eficácia e profissionalismo com que os profissionais da Proteção Civil Municipal estariam a dar resposta ao grave problema que afetava hoje o concelho relativamente a Vespa Asiática. -----

----- Referiu que na Assembleia Municipal do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito sugeriu que o Município de Mira assumisse um papel dinamizador na criação de uma ZIF (Zona Intervenção Florestal) visto quem em Mira ainda



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não havia nenhuma. O Sr. Presidente teria respondido que iria avançar com aquela proposta pois o Município era proprietário de terrenos florestais e como tal também poderia integrar a ZIF. -----

----- Visto ter passado um ano e meio, pediu ao Sr. Presidente que esclarecesse à Assembleia se já tinha dinamizado a criação da referida ZIF, ou se o Município enquanto proprietário fazia parte de alguma. -----

----- Referiu que numa intervenção na Assembleia Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, numa das suas intervenções, fez questão de recordar uma proposta eleitoral do Partido Socialista que pretendia recuperar e reaproveitar as antigas casas florestais para o Turismo na Natureza. O governo tinha publicamente demonstrado vontade de criar um plano para a reconstrução daquelas casas a nível nacional, e era uma oportunidade que Mira não podia perder. Àquela época o Sr. Presidente terá respondido que já tinha sido feito um pedido para a aquisição das casas florestais do Seixo, Barra e Praia de Mira. O Governo lançou no início do mês de setembro o Programa Revive Natureza, programa esse que pretendia reabilitar imóveis devolutos do estado para exploração turística, dando uma segunda vida ao património sem uso e que estava situado em áreas protegidas. (As antigas casas florestais estavam inseridas naqueles programas). Soube que o programa iria arrancar com noventa e seis imóveis, questionou se alguma daquelas casas florestais de Mira foram contempladas. Quis saber se desde abril de dois mil e dezoito o Município tomou alguma providência para que algumas das casas de Mira fossem contempladas por aquele programa. -----

----- Referiu ainda que, numa intervenção sua na Assembleia Municipal de vinte e oito de julho de dois mil e dezoito questionou o Sr. Presidente da Câmara, se existia algum plano a curto ou médio prazo para dar resposta à iminente falta de espaço com que o cemitério de Mira se começava a deparar e que dada a sensibilidade no tema, devia ser iniciada uma discussão pública sobre o assunto, ao que o Presidente referiu que essa era uma questão que o preocupava. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sugeri que fossem fornecidas as gravações áudio nos dias posteriores à Assembleia Municipal, de modo que todos os deputados tivessem em sua posse uma forma de comprovar se a ata correspondia ou não, ao que efetivamente se passou e pudessem sugerir alterações com mais fiabilidade.-----

-----Sugeri ainda, que aquelas Assembleias Municipais fossem transmitidas online e em direto para divulgar o que realmente acontecia naquelas reuniões. -

-----Interveio a **Sra. Professora Vera Manco (PS)** que começou por cumprimentar todos os presentes. -----

-----Questionou quanto ao prazo do arranjo do antigo parque Infantil de Portomar. -----

-----Centrou-se na falta de condições do Largo do Peixe em Portomar, que era utilizado pela comissão de festas, comissão da capela e pelo grupo de jovens em atividades de angariações de fundos para as suas diversas atividades, mas que não tinham condições para que as mesmas se pudessem desenvolver. -----

----- Finalizou a sua intervenção, questionando o abate de árvores centenárias e saudáveis no Miraoásis, árvores essas que na sua opinião não constituiriam qualquer perigo para os habitantes.-----

----- Interveio o **Sr. Carlos Nora (PS)** que começou por cumprimentar todos os presentes.-----

----- Iniciou a sua intervenção, pedindo esclarecimento sobre o relacionamento institucional entre o presidente da câmara e o presidente da Junta de Freguesia de Mira, pois pareceu-lhe estarem em desacordo quanto à abertura de uma estrada no Areal, mais concretamente, na Travessa do Chão de Riba e na Travessa das Patas. A população concordou com aquela estrada e entendiam que seria uma mais-valia para os terrenos e desenvolvimento do Areal. -----

----- Relativamente às festas de São Tomé, segundo a sua perspetiva, estavam a baixar de nível. Tirando a parte religiosa, a festa em si teria sido pobre. Foi notório principalmente, no recinto das tasquinhas, a falta de representação das associações.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sugeri a formação de uma comissão à moda antiga, com representantes de cada aldeia, nomeadamente, empresários, pessoas influentes, Presidentes das Juntas e representantes da Câmara, e com o apoio financeiro da Câmara de modo a fazer uma festa concelhia.-----

----- Referiu que se devia chegar a um acordo entre os dias de festa da Santa Marinha e as festas de São Tomé, para não coincidirem os dias dos festejos.----

-----Elogiou a Mostra Gastronómica na Praia de Mira, que no seu entender foi um sucesso, contudo, foi notória a falta de espaço o que impediu o progresso.-----

---- Em nome da colega Zélia Morais (PS) questionou como estavam a funcionar os nossos museus e quem, mais concretamente, estava a trabalhar no Museu do Território da Gândara. -----

----- Quis saber para quando a devida atenção à estátua do senhor Visconde da Corujeira, pois a degradação do edifício da casa do Visconde era notória dando um péssimo aspeto à sede de concelho. -----

----- informou que a estátua do Infante D. Pedro nem uma lâmpada tinha, para além de que nos dias de feira das velharias, servia para pendurar toda a espécie de mercadorias.-----

---- Finda a segunda ronda de intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que solicitou ao Vereador Nelson Maltez o esclarecimento sobre a questão da ZIF e da Rua das Quartas.-----

---- Interveio o **Sr. Vereador Nelson Maltez** que começou por cumprimentar todos os presentes.-----

---- Esclareceu que para criar uma ZIF seriam necessárias cumprir uma série de obrigações legais.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu que a OFA estaria no Concelho de Mira na tentativa de, em conjunto com o concelho de Cantanhede constituir a ZIF. Não eram processos fáceis de conseguir. Infelizmente a mentalidade que ainda existia sobre a posse dos terrenos não permitia avançar com o processo. -----

---- Referiu estar-se a trabalhar a possibilidade de se associarem aos concelhos Cantanhede e Mealhada, mas os proprietários teriam que se associar livremente, para se chegar aos quinhentos hectares, sendo aquela uma condição obrigatória para formar a ZIF. -----

---- Relativamente à Rua das Quartas, ainda não dispunha de conhecimento suficiente para se pronunciar. O que lhe teria sido transmitido era que alguns proprietários deixariam abrir o caminho, mas o assunto teria ficado pela intenção. -----

---- Interveio o **Sr. Prof. Artur Fresco** que disse ter conhecimento de como estava a decorrer aquela situação, dizendo que a sugestão de ligar as duas Travessas tinha sido de um residente do Areal e da Junta de Freguesia. Tentou saber quem seriam os proprietários dos terrenos e constatou que nem todos estavam de acordo. Verificou, que haveria um proprietário emigrado no Canadá que não estaria de acordo em ceder o terreno, o que impediu de se avançar com o processo. Posteriormente, alguém fez saber que já haveria consenso conjunto entre os moradores. Concordou que seria benéfico para todos a ligação daquelas duas artérias, e uma vez que já existia concordância entre todos, pediu que fosse elaborado um documento escrito e assinado por todos os proprietários a dizer que concordariam em ceder o terreno, e assim, poderiam avançar com a obra, que inicialmente seria em terra batida. -----

---- Esclareceu que a relação institucional entre ele e o Sr. Presidente da Câmara seria das melhores. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmando que relativamente às casas florestais tinham sido feito dezenas de contactos, que existiria um compromisso de transferir a casa florestal da Videira para o domínio do Município, houve um



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acordo que foi reclamado pela Câmara por não concordar com o valor a pagar, pois estavam a vender o terreno e a casa, erradamente uma vez que o terreno já pertencia ao Município (pelas transferências de abril de mil novecentos e dezassete), e só teriam que comprar a casa. Entretanto, teriam surgido novos factos, que foram as transferências de competências e o Município de Mira aceitou a transferência do Património. A Câmara continuava todos os meses a enviar para a Secretária de Estado o pedido daqueles patrimónios, deu como exemplo, as instalações onde funcionavam as finanças e as instalações dos serviços notariado, embora a Câmara tivesse aceitado aquela transferência e já tivesse reclamado esse património, o Governo ainda não o teria transmitido. ----

---- Informou ainda que, o Senhor Secretário de Estado comunicou que só estaria em falta um documento das Finanças para que a Direcção-Geral do Património desse o aval positivo à reclamação. -----

----Em relação ao cemitério, em Mira, o Sr. Presidente da Câmara informou que já tinha duas ou três localizações possíveis, mas que deixava um desafio à Assembleia, para que cada partido indicasse uma pessoa e em reunião todos pudessem discutir aquela matéria.-----

---- Em relação ao campo de golfe o Sr. Presidente da Câmara informou que o processo burocrático estaria em andamento. Havia dúvidas devido ao plano da orla costeira que, entretanto, tinha entrado em vigor e foram pedidos esclarecimentos sobre a matéria. Referiu que todos os processos que incluíam instituições externas ao nosso município, seriam processos mais demorosos. ---

---- Em resposta às questões colocadas pela Sra. Professora Vera Manco foi dito que o executivo estava a pensar em instalar parques infantis em algumas localidades, entre elas Portomar. Em iniciativa já tiveram reuniões com algumas comissões de festas no sentido de as mesmas participarem. -----

---- Relativamente à Praça do Peixe já teriam sido feitas algumas intervenções pontuais, mas que não seriam suficientes. Ainda não se teria encontrado consenso para o projeto a ser aplicado naquele espaço. Teriam mantido diversos



12

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contactos com a população de Portomar para tentar perceber qual era a melhor intervenção a fazer naquele espaço, visto já ter havido uma série de projetos ao longo dos anos, mas que nunca foram consensuais. -----

----- Esclareceu que, foram abatidas árvores por recomendação da Comissão da Proteção Civil dos Bombeiros e da GNR por oferecerem perigo no perímetro do Aldeamento do Miravillas e do Miraoásis, isto, no seguimento do Leslie que fez alguns estragos.-----

----- Foram abatidas poucas árvores, e vendidas num total de 1850 €, sendo que 550€ no Aldeamento do Miravillas e 1300€ no Miraoásis. Os restantes cortes foram levados a cabo pelo ICNF, sendo que dentro do Aldeamento a Câmara executou apenas pequenos cortes, num total de cerca de vinte metros cúbicos.

----- Interveio a **Sra. Professora Vera Manco (PS)** afirmando que no núcleo onde mora, as árvores derrubadas eram sãs, de grande porte e não ofereciam qualquer perigo para os habitantes nem para as habitações.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que concordou que poderá ter havido eventualmente, algum erro por parte dos serviços técnicos da Câmara, ou por outros motivos que poderão ter sido por questões de afastamento dos incêndios.

----- Reuniu com a Associação de Moradores do Miravillas, foi-lhes solicitado a assinatura de um documento de responsabilização pelo não corte de algumas árvores, ao que estes não se responsabilizaram e, portanto, não o assinaram. --

----- Para evitar problemas futuros, os serviços tinham ordem para que a Associação do Miravillas seja ouvida antes de efetuar qualquer tipo de corte, uma vez que o Miraoásis não tem associação.-----

----- Reafirmou que os cortes feitos pela Câmara foram feitos de acordo com os serviços técnicos e com a Proteção Civil. Salientou o facto de nem todos os moradores daqueles aldeamentos estarem em acordo, pois alguns solicitavam o corte das árvores dentro dos próprios lotes porque sentiam o perigo.-----

----- Havia quem defendesse dentro do ICNF que deveria haver uma mancha de proteção para o Miravillas e o Miraoásis de cem metros e com corte total, ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Câmara se opunha.-----

-----Respondendo ao Sr. Carlos Nora relativamente às festas São Tomé o Sr. Presidente da Câmara informou que naquele ano a Associação Empresarial já tinha sido convidada a envolver-se naquela festa de S. Tomé, contudo, com a tomada de posse da nova direção tal não foi possível. Referiu já haver solicitação para uma reunião em setembro ou outubro, no sentido de a envolver numa eventual participação nas festas de S. Tomé. Já no decorrido ano criaram o dia da freguesia, foi a primeira vez, haveria situações a melhorar, mas no geral foi um bom passo que se deu. -----

----- Em relação à gastronomia na Praia de Mira, o Sr. Presidente da Câmara deixou uma palavra de apreço a todos os envolvidos, realçando a Confraria dos Nabos que deixou a sua marca pelo trabalho desenvolvido.-----

----- Deixou uma palavra de apreço aos serviços da Proteção Civil pelo excelente trabalho feito com a exterminação da Vespa Asiática.-----

----- Relacionado com a limpeza das valas e com os jacintos, comunicou que se tinha iniciado no dia anterior, a limpeza das margens da vala e a construção da barragem do Casal. Com uma candidatura através do Fundo Ambiental haveria a plantação de mais de quarenta mil espécies autóctones nas margens da Vala para a consolidação das mesmas. Estava a ser preparada uma intervenção através da CIM. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** referindo que relativamente às atas foi feita uma reunião onde se decidiu como seria feito o procedimento mais adequado. A ata não tinha que ser uma cópia fiel do que seria dito. -----

----- Relativamente a proposta feita da rádio seria averiguado se seria possível, e que não teria nada a opor. -----

-----Interveio o **Sr. André Gomes (PS)**, frisou que as perguntas feitas eram o mais objetivas possíveis para que as respostas também assim o fossem. Na pergunta relativamente às casas florestais, se algum dos noventa seis imóveis



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comtemplavam casas florestais de Mira.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu negativamente porque a propriedade não era do município.-----

----- Voltou a questionar o **Sr. André Gomes (PS)**, relativamente a ZIF, que papel dinamizador teve o Município de Mira e não da OFA. Porque enquanto proprietário florestal não teria recebido nenhum panfleto publicitário, por exemplo a dar a conhecer a possibilidade e a questionar a vontade de fazer parte dela. --

----- Interveio o **Sr. Vereador Nelson Maltez** que informou que foi distribuída alguma publicidade pela própria florestal, nas reuniões feitas em todas as freguesias por causa da propagação dos fogos florestais e das medidas preventiva. A própria OFA tinha gabinete aberto na casa do Visconde onde prestava apoio e, portanto, não houve falta de dinamização. Não era fácil em concelho nenhum, uma vez que não se podia forçar as pessoas a integrar numa ZIF, e as pessoas eram avessas a isso. Nomeadamente, existiam parcelas que os próprios detentores, nomeadamente os herdeiros, não as conseguiam identificar. Foram dados passos concretos, mas não se podia impor a vontade a ninguém. -----

----- Interveio o **Sr. Gabriel Pinho** dizendo que recebeu muitos agradecimentos pelo trabalho feito na Praia de Mira. Era de salientar que não era fácil fazer festas à custa do voluntarismo, e era aceitável fazer cinco dias de festas, mas oito dias não, pois era muito cansativo. Concordava com a proposta para a formação da comissão de festas, mas enquanto Presidente da Junta já não estava muito disponível para isso. Manifestou a sua revolta perante a Câmara Municipal de Cantanhede, devido à não eliminação dos ninhos das Vespas Asiáticas em locais limite dos dois concelhos, mas que não pertenciam a Mira. Comunicou já ter falado com o Vereador Pedro Cardoso, que inclusivamente, tinha ameaçado com a televisão. Informou ainda que tinha contactado o Sr. Ângelo para fazer a limpeza, que lhe respondeu negativamente porque o local pertencia a Cantanhede e eles ficariam zangados. -----



nc

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- As vespas asiáticas fizeram prejuízos avultados nas explorações dos apicultores, até mesmos nas uvas, para além do perigo para os seres humanos. Informou que tinha questionado o Vereador de Cantanhede se a Proteção Civil daquele Município estava moribunda, inapta ou inativa, ao que este lhe respondeu que em Cantanhede estava tudo operacional. Tão operacional que as suas "ETARES" deitavam o lixo todo para a Vala Velha. -----

----- Solicitou que a Assembleia de Cantanhede tomasse conhecimento, que os Carapelhos estavam a ser atacados e devorados pelas vespas asiáticas. Era uma obrigação Nacional eliminar as abelhas asiáticas. -----

----- Interveio o **Sr. Vereador Nélson Maltez** que concordou que de fato era uma situação problemática e complicada, mas que a Câmara de Cantanhede já teria solicitado a ajuda a Mira, pois não tinham meios adequados e que a situação deveria ser comunicada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede.-

----- O **Sr. Gabriel Pinho** respondeu que já tinha feito essa comunicação, que ele não tinha gostado e por conseguinte, não o voltaria a fazer.-----

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** afirmou que segundo os especialistas, não era só tirando os ninhos que se resolvia a situação mas sim arranjando um predador, coisa que ainda não tinha sido descoberto. Informou que as vespas asiáticas eram tão mortais como qualquer outra abelha desde que a pessoa fosse alérgica.-----

----- Respondendo ao Presidente da Junta dos Carapelhos o **Sr. Carlos Nora**, referiu que desde muito novo se dedicou ao voluntariado em muitas associações do Concelho de Mira e mesmo fora do Concelho. Voluntariado esse, que não se via. Interrogou se ele se estava a referir ao voluntariado na confraria, pois para lá só podiam ir convidados e ele nunca tinha sido convidado nem para confrade nem para nada.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao "Período da Ordem do Dia."-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º53º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro):-----

---- **PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

---- **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** elogiou a prestação da Vereadora Dra. Madalena Santos relativamente à educação, mas haveria problemas graves em relação ao bar e à alimentação nas escolas. Eram de muito má qualidade e ter-se-ia vindo a arrastar há demasiado tempo, apesar da Câmara ter conhecimento do cerne do problema.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia** tomou a palavra para interrogar se havia dúvidas relativamente às atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, o que estava ali plasmado era aquilo que a Câmara Municipal tinha feito. Se haveria dúvidas em relação ao que foi feito.-----

----- O **Sr. André Gomes (PS)** chamou a atenção para as tabelas da página oitenta e dois na rubrica do parque de Campismo.-----

----- Referiu que somando os dados do Parque de Campismo podiam constatar que de 2017 para 2019 tinham um total, em 2017 de 38953€ e em 2019 era de 36670€. Verificamos, portanto, que existiu uma grande quebra de dois mil e dezassete para dois mil e dezanove em termos de número de pessoas que frequentaram o Parque de Campismo no Verão. O que contrariava a realidade nacional que dava como certa uma subida de 2 dígitos em termos de turismo. Certamente existiria uma boa justificação. Contabilizou também, as diversas nacionalidades das pessoas que frequentaram o Parque de Campismo e verificou que em 2017 passaram pelo Parque de Campismo quinze nacionalidades diferentes e que em 2019 o número baixou para onze,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

principalmente na nacionalidade Alemã. Daquela nacionalidade em 2017 fomos visitados por 271 pessoa, em 2018 foram 392, em 2019 nenhuma pessoa daquela nacionalidade nos visitou. Era de estranhar que de quase quatrocentas pessoas de um ano, no ano seguinte não venha nenhuma. Ou os dados tinham uma gralha na tabela, ou haveria um problema qualquer com o mercado alemão relacionado com Mira.-----

----- Relativamente aos bungalows, considerado um equipamento de excelência em Mira e para quem quer turismo todo ano, algo estava errado. Em junho a taxa de ocupação foi de 43%, menos de metade dos bungalows, em julho 67% e em agosto quase a totalidade ou os 100%, o que prova que estamos a sofrer do fenómeno da sazonalidade, pois as pessoas só vinham no Verão, mais concretamente, em agosto. Para quem defendia e tinha iniciativas para promover o turismo no ano inteiro, deveria sentir-se menos este efeito.-----

----- Facilmente, reparamos que taxa de ocupação não estava a crescer como dizia o relatório que de julho de dois mil e dezoito para julho de dois mil e dezanove tinha uma quebra de 11% na taxa de ocupação. Estando o turismo a crescer a nível nacional não era expectável esta quebra havendo o equipamento excelência no nosso Concelho. -----

----- Também pediu a palavra **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** que demonstrou a sua preocupação. Conforme se via o relatório apresentava os valores da despesa corrente e a despesa de capital. Verificamos que a despesa corrente estava a aumentar e a despesa de capital a diminuir. Ou seja, as despesas fixas como vencimentos, luz e água são cada vez maiores e o que sobrava para investir em obras do município era cada vez menor. Garantidamente que não seria um bom pronuncio.-----

----- Chamou a atenção para o gráfico número 12 da página 54 onde se podia ler o título “ O gráfico doze podemos analisar o comportamento da despesa de capital paga até ao final do mês de agosto no período compreendido entre dois mil e dezanove e dois mil e dezanove “ continuava a não haver rigor na leitura e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verificação dos documentos apresentados. -----

----- **Finda a primeira ronda de Intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----**

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que em relação aqueles pormenores se teriam que melhorar. Contudo na leitura dos dados, qualquer cidadão médio conseguia perceber o que estava escrito e que esse seria o objetivo, que todos conseguissem perceber. -----

----- Em relação às taxas de ocupação dos bungalows o Sr. Presidente da Câmara admitiu perceber a intervenção do Sr. Deputado André Gomes, contudo, para se conseguir fazer aquela discussão exata, e teria todo o gosto em fazê-lo, teriam que ser apresentados os quadros de todos os meses do ano e não só dos meses de agosto ou nos meses altos, porque só assim se teria a noção das reais taxas de ocupação, e só assim se poderia falar da questão do turismo todo o ano.-----

---- Solicitou-lhe que fizesse a comparação das taxas de ocupação de dois mil e treze para dois mil e dezanove. -----

---- Quanto a questão dos Alemães, afirmou não saber responder.-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** tomou da palavra e questionou o Sr. Presidente da Câmara se saberia responder se o turismo todo o ano tinha somente em consideração o turismo da Praia de Mira, com a utilização dos bungalows e do Parque de Campismo, ou se as outras unidades hoteleiras também contavam para essa estatística.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que relativamente ao assunto, tinha havido uma mudança de paradigma do Parque de Campismo. Pois tinham alterado os contratos anuais. Nos contratos anuais, as pessoas ocupariam o seu lugar todo o ano, o Parque tinha um determinado número de espaços reservados



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqueles contratos, com uma caracterização que o executivo não concordava. Houve melhoria naquele sentido, contudo ao fazer a atualização e organização de espaço obrigou a que houvesse alguns cortes. Reforçou que os números do turismo em Mira falavam por si, e hoje Mira estava acima da média do restante distrito, nomeadamente no número de estadias e na duração dessa estadia. ----

---- Afirmou que em termos de receita, a mesma aumentou dentro do Parque de Campismo.-----

----Tomou a palavra Vereadora **Dra. Madalena Santos** que cumprimentou os presentes e em seguida esclareceu que, em relação às refeições escolares tinha havido um grande esforço por parte do executivo Camarário, para tentar articular um protocolo com as IPSS's de cada Freguesia. Sendo necessária para tal a aprovação da Comunidade Intermunicipal. Como ainda não tinham legislação própria para o efeito não foi possível este ano. Afirmou estarem a trabalhar no sentido de que no próximo ano seja possível. -----

---- Concordou que tenham sido detetadas algumas irregularidades com a empresa, mas nunca na qualidade da comida. Informou ainda, que tinha acontecido nesse mesmo dia uma reunião com os responsáveis da empresa, que se tinham comprometido a corrigir atempadamente as irregularidades detetadas.-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia.-----

---- **PONTO DOIS: Fixação da taxa do IMI, IRS, derrama e direito municipal de passagem a liquidar em 2020, nos termos do n.º 1, n.º 5 e n.º 14 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI aprovado pelo Decreto – Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro, conjugado com o art.º 14º e ss e n.º 1 do artigo 26.º da lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na atual redação e em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na atual redação.**-----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara explicar o documento.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

----- Quis dar nota da fixação da taxa do IMI no mínimo, e a isenção da derrama e direito municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----- Não havendo comentários, passou de seguida à votação. -----

----- VOTAÇÃO-----

----- Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto três da ordem do dia.-----

----- **PONTO TRÊS: Fixação da Taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo – 2020 (IMI famílias), nos ter-mos do artigo 112ºA do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei nº287/2003 de 12 de Novembro, aditado pelo artigo 162º da Lei nº1-A/2016 de 30 de Marco, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016 em harmonia com o disposto na alínea d) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação. -----**

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara explicar o documento.-----

----- 1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que em relação a fixação de IMI Famílias, que era uma mais valia para os municípios no sentido que para poderem isentar tinham que ter dependentes a seu cargo. No escalão de um dependente eram vinte euros, dois dependentes eram quarenta euros, três dependentes ou mais eram setenta euros.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----- Não havendo comentários, passou de seguida à votação. -----

----- VOTAÇÃO-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto quatro da ordem do dia.-----

----- **PONTO QUATRO: Aprovação da Isenção de IMI à Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP) ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação.** -----

---- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** explicar o documento.-----

---- **1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

---- Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que já houve aquela isenção em anos anteriores e sendo um benefício de interesse municipal alguns serviços estavam a beneficiar dessa isenção.-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

---- Não havendo comentários, passou de seguida à votação. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto cinco da ordem do dia.-----

---- **PONTO CINCO: Descentralização administrativa – Lei-quadro de transferências de competências para a administração local e diplomas setoriais – ano 2020** -----

---- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** explicar o documento. -----

---- **1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que teriam de fazer uma descentralização de competências para o ano de 2020. Mantendo-se a competência do Património, que na prática nunca teria sido exercida pelo



Handwritten signature and initials

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

município, porque nunca lhes terá sido transferido património nenhum, e a outra competência, sugerida até pelo partido Socialista e com o entendimento deste executivo inclusivamente baseando-se na experiência relatada por alguns colegas, seria a competência da estrada nacional 109. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- Interveio o **Sr. André Gomes (PS)** que referiu que o Município apenas iria aceitar as competências que seria obrigado a aceitar, sendo aquele comportamento que o Senhor Presidente tinha vindo a deixar transparecer. -----

---- Pediu esclarecimento sobre uma dúvida em relação a competência que seria a exploração de fogos. Questionou que implicações teria em termos de estrutura orgânica da Câmara Municipal e que esforço teria se assumisse esta competência. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que teria implicações ao nível da regulamentação, recursos humanos, fiscalização e voto financeiro. -----

---- Esclareceu ainda que tinha dúvidas em duas competências. Se o Governo deu hipótese aos municípios de optarem é porque havia necessidade de se adaptarem, caso contrário quando chegasse a dois mil de dezanove ou dois mil e vinte o Estado transferia as competências sem dar oportunidade de escolha a cada município. As duas em que teve algumas dúvidas em aceitar naquele momento era a das estradas, que tinha conhecimento de outros casos que tinha corrido bem, era a das praias, que também tinha conhecimento que não estava a correr tão bem. Sabendo que alguns Municípios que aceitaram e outros não, decidiram prudentemente aceitar. Por exemplo, pediram esclarecimentos à saúde sobre viaturas e sobre alguns imóveis e só no dia anterior teria chegado um ofício a esclarecer. Assim como as contas de mapeamento e restauro do mesmo, se não fossem claras não assumiram aquele compromisso. E caso tivessem aceitado a transferência da saúde, teria sido um pouco às cegas e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como tal decidiram não o fazer. -----

---- VOTAÇÃO-----

---- Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia foi aprovado por maioria, com quatro abstenções. -----

---- Interveio o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** pediu para justificar o seu voto, para não transparecer a ideia de que não eram coerentes, uma vez que na primeira vez que o tema veio a Assembleia Municipal o voto foi favorável. Achavam que o Município devia ser mais ambicioso. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto seis da ordem do dia. -----

---- PONTO SEIS: Descentralização administrativa – lei-quadro de transferência de competências para a administração local – delegação de competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, CIM-RC- nas áreas de turismo, justiça, fundos europeus e captação de investimento, associação de bombeiros, educação, saúde, transporte em vias navegáveis interiores – ano 2020.-----

---- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** explicar o documento. ----

----- 1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, assumiu que concordava com esta transferência uma vez que aquela já exercia muitas daquelas funções. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

----- Interveio o **Sr. Américo Pascoa (Mar)** referindo que com aquelas transferência de competências o Concelho estaria a perder autonomia própria e que se dependia muito da CIM. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que na educação não havia nenhuma transferência de competências na CIM e era uma questão política de fundo, sendo ele defensor da CIM, por uma questão de escala, por exemplo, se poder ter meios para Mira, Cantanhede e Figueira da Foz, que eram caros e não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seria possível haver apenas um município a suportá-los, mas para dois ou três municípios já era possível. É o caso das máquinas de arrasto de combate a incêndios, unidades móveis de saúde. E daí as regiões estarem a criar aqueles grupos.-----

----- VOTAÇÃO-----

----- Submetido a votação o ponto seis da ordem do dia foi aprovado por maioria, com uma abstenção.-----

--- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto sete da ordem do dia.-----

----- PONTO SETE: Transferência dos Municípios para os Órgãos das freguesias – DL. n.º 57/2019, de 30 de abril.-----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** explicar o documento.-----

----- 1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

--- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que houve duas freguesias que manifestaram vontade em aceitar algumas competências, o município não as aceitou todas, aceitou as que já estão nos acordos de execução. Abrindo um processo negocial para as transferências dessas competências. -----

--- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

--- Interveio o **Sr. Prof. Artur Fresco** que fez a distinção entre a descentralização, regionalização e a transferência de competências. Defendeu ser a favor da descentralização nem sempre poderia concordar com os métodos que estariam a ser postos em prática para a transferências de competências. Referiu que o Estado teria lançado o decreto-lei 57/2019 a trinta de abril e depois deu sessenta dias para as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia se pronunciarem sobre a aceitação ou não aceitação daquelas transferências de competências. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Manifestamente, muito pouco tempo, a intenção seria boa, mas o processo estaria a ser mal conduzido. Realizou-se uma Assembleia Extraordinária de Freguesia e a Câmara Municipal também realizou uma Assembleia Extraordinária por causa da aprovação de algumas transferências de competências em janeiro, sendo que quase no final do ano não havia qualquer comunicação a dizer se tinha sido aceite ou não. Como se entendeu que o prazo seria curto, alargaram o prazo até trinta de setembro. Entretanto, a meio do ano o mesmo decreto-lei dizia que se assumissem as competências referentes ao ano de dois mil e dezanove. Desconhecia que alguém tivesse aceiteado assumir competências a meio do ano sem o conhecimento concreto acerca das mesmas. Afirmou ainda que, massivamente as Juntas de Freguesia recusaram as transferências de competências para o ano de dois mil e dezanove, concretamente a Junta de Freguesia de Mira assumiu algumas para assumir em janeiro de dois mil e vinte, sendo elas a gestão e manutenção dos espaços verdes onde estavam englobados jardins e parques de merendas; limpeza das vias espaços públicos, sargetas entre outros. -----

---- A realização de pequenas reparações em estabelecimentos de ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico e a manutenção dos espaços envolventes aqueles estabelecimentos de ensino, portanto quatro no seu total. Estando estas quatro já protocoladas com a Câmara Municipal e através dos acordos de execução, já estavam em condições de poder fazer a negociação porque já se tinha a noção dos valores que englobavam aqueles trabalhos.-----

---- Todas as outras, podiam transferir pessoas das Câmaras Municipais para os quadros das Juntas de Freguesia, os respetivos vencimentos passavam a ser efetuados pelas Juntas, os montantes que seriam os honorários para cada competência seriam transferidas diretamente para as juntas. Todas que envolvessem pessoas e dinheiro, achavam que não estaríamos em condições de as assumir de imediato. -----

---- No entanto, a lei também previa que mesmo sendo do interesse das Juntas,



nc

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assumirem algumas das treze competências, se o município alegasse que seriam indispensáveis para o seu bom funcionamento e dissessem que as assumiriam, as juntas já não seriam obrigadas a assumi-las em janeiro de dois mil e vinte e um tal como estaria definido.-----

---- VOTAÇÃO-----

----- Submetido a votação o ponto sete da ordem do dia foi aprovado por unanimidade.-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto oito da ordem do dia.-----

----- **PONTO OITO: Aprovação final do final do Regulamento de Atribuição de Lotes de terreno para Construção de Habitação Própria na Urbanização da Videira Norte.**-----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** explicar o documento.----

----1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

--- O **Sr. Presidente da Câmara** salienta que o percurso foi longo, sendo que numa primeira fase e tentou cumprir com as atribuições de lotes já feitas em anos anteriores, o que não lhes foi possível ou porque as pessoas não estavam interessadas, ou por outras variadas razões. Entretanto, houve um compromisso de uma comissão elaborar um novo regulamento que foi levado a Reunião de Câmara, foi a discussão pública e estava naquele dia

á aprovação final. Tal permitiria que, nos dias seguintes se levasse a Reunião de Câmara e se abrisse o procedimento para a entrega de lotes e assim completar algumas necessidades que algumas pessoas tinham. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----- Interveio o **Sr. Carlos Nora (PS)**, declarou ter detetado algumas gralhas aquando de uma leitura rápida do relatório e passou a ler, no artigo 4º alínea c) “ o rendimento mensal bruto do agregado familiar não pode ser inferior a 2 , (qualquer coisa que não estaria escrito atribuição) mínima”, mencionando que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faltaria, talvez, a palavra vezes. No artigo oitavo onde dizia “um representante da cada junta de freguesia da Praia de Mira”, questionou se haveria então mais do que uma Junta na Praia de Mira.-----

---- Interveio o **Sr. Pedro Nunes (PSD)** que questionou ao Sr. Presidente, quantos candidatos haveriam naquele momento em condições de beneficiar daquelas candidaturas, e se já haviam candidatos com os processos concluídos.

---- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que não tinha números concretos de candidatos, tinha que perguntar aos serviços e informou ainda, que de momento não haveria candidatos com os processos totalmente concluídos. Esclareceu que haveria candidatos do antigo executivo, onde tinham sido assinados numa cerimónia protocolar, candidaturas em dois mil e sete ou dois mil e oito. Dessa seleção teriam sobrado sete ou oito. No entendimento deste executivo, por uma questão de direitos adquiridos não alte-raram as regras do jogo e não passavam para a fase seguinte sem estarem resolvidas estas sete situações. Reuniram com essas pessoas e verificaram que não havia nenhuma já interessada, e nesse sentido, já haveria condições para alterar o regulamento e estariam agora em condições para abrir para os primeiros lotes. -----

---- Interveio o **Prof. Paulo Grego (PS)**, questionou o porquê de excluir daquelas candidaturas, uma família que no seu conjunto não ganhe mais de mil e duzentos euros. Por exemplo, se houvesse um casal com um filho em que um esteja desempregado e o outro ganhe mil euros, que seria um ordenado muito bom para o nosso Concelho não seria possível concorrer aqueles lotes.-----

---- Interveio o **Sr. Américo Pascoa (MAR)** referindo, que gostava apenas, de deixar um voto de louvor pela possibilidade de partilha de informação que teria havido nas diversas reuniões, tendo havido sugestões de todas as forças presentes, tentando-se assim fazer o melhor possível. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** salientou a importância de serem vistas as atas de discussões realizadas sobre este assunto, pois nelas estaria a justificação de terem chegado a essa conclusão. Justificou ainda que o objetivo daquele ponto



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seria a obrigação de haver um equilíbrio financeiro para que pudesse haver capacidade financeira das famílias para poderem avançar com os projetos. Relembrou que não se tratava se habitação social mas sim habitação de custos controlados.-----

---- Interveio **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)**, admitindo que para ele seria ainda mais difícil de entender uma vez que se aquelas pessoas teriam dificuldade financeira para executar aquele projeto, teriam muito mais fora do mesmo. No seu entender seria mais fácil um agregado familiar com poucos rendimentos conseguir levar a efeito a realização da casa com estas condições, do que no mercado generalizado. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que haveria um local próprio para esses casos de habitação social. Aqui estar-se-ia a falar de habitação de custos controlados, designação já inexistente na atualidade, com plano de pormenor já feito nesse sentido e portanto teria que haver esse equilíbrio. -----

---- Interveio **Sra. Professora Clara Clemente (PSD)**, só para completar as palavras do Sr. Presidente confirmou que teria sido essa mesma discussão existente pelos presentes, aquando da elaboração daquele regulamento, onde todos teriam partilhado as suas opiniões e teriam chegado a elaboração daquele mesmo documento. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

----- Submetido a votação o ponto oito da ordem do dia foi aprovado com cinco abstenções.-----

----- Terminada a ordem de trabalhos da presente sessão, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 21 de novembro, pelas 18h00, para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, o que foi ponderado e aceite pelos presentes.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas 20h 45m da qual, para constar,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)